



Planeamento Estratégico e Capacitação

RELATÓRIO E CONTAS 2016

Promover a boa governança e a qualidade da democracia com base nos valores da transparência, integridade e responsabilidade

A Transparência e Integridade, Associação Cívica (TIAC) foi criada a 17 de Setembro de 2010.

Pessoa coletiva de direito privado, de âmbito nacional, independente e sem fins lucrativos, é uma organização não governamental de combate à corrupção, representante portuguesa da Transparency International, rede global anticorrupção presente em mais de 100 países.

Tem como missão promover a legalidade democrática e a boa governação, combatendo a corrupção e fomentando os valores da transparência, integridade e responsabilidade na opinião pública, nos cidadãos e nas instituições e empresas públicas e privadas, nomeadamente através da realização de relatórios de investigação, projetos, campanhas de comunicação, e ações de formação e de sensibilização.

Trabalha para uma sociedade mais justa e inclusiva, e advoga uma democracia de qualidade em Portugal, defendendo o acesso à informação, a construção de uma cidadania informada, forte e participativa, uma regulação eficaz dos sistemas e organizações, uma Justiça célere, eficiente e ética, e um verdadeiro sentido de responsabilidade social por parte de todos os agentes políticos e económicos.

Tem apostado no desenvolvimento de sinergias e projetos de cooperação com várias organizações, nacionais e internacionais, em prol dos direitos, liberdades e garantias fundamentais e da cidadania ativa.

Desde Outubro de 2016 é também o Ponto de Contacto em Portugal do Pilar da Sociedade Civil da Community of Democracies.

Edição:

O relatório anual é uma publicação da responsabilidade da Direção da Transparência e Integridade, Associação Cívica

Março de 2017

Mensagem da Direção

Num momento particularmente emblemático da vida da TIAC, cumpridos que estão dois mandatos sob a responsabilidade dos membros fundadores e se concretiza a eleição de uma nova geração de dirigentes, importa em primeiro lugar agradecer a todas e todos quantos contribuíram com o seu envolvimento, empenho e trabalho árduo para que a nossa associação seja hoje reconhecida como organização de referência na análise dos problemas de governança e corrupção em Portugal e na Europa.

A elas e eles o nosso mais profundo obrigado.

Desde a fundação assumimos como nosso o interesse coletivo, materializado na promoção e reforço da transparência, da integridade e da responsabilidade, e na procura de uma mudança positiva de valores na sociedade portuguesa.

Vimos lutando pela qualificação da democracia e pela promoção de políticas ativas de combate ao flagelo da corrupção, por considerarmos que esta é condição *sine qua non* para que Portugal, e o mundo como um todo, se tornem menos desiguais e mais inclusivos.

O caminho que temos trilhando não tem sido fácil. Há sempre demasiados obstáculos, demasiados conflitos de interesses, demasiadas pessoas e instituições para quem a Democracia e os Direitos Humanos são meros instrumentos de retórica.

Felizmente para nós, há também um exército progressivamente mais vasto de cidadãos e cidadãs empenhados em mudar o *status quo*, reclamando que sejam íntegros e transparentes todos -mas mesmo todos- os contextos que habitam.

É, pois, com enorme orgulho que durante o último ano vimos crescer o número de associados TIAC acima dos 1.000. A estes juntam-se uma multidão mais ou menos anónima de apoiantes e simpatizantes, expressos por exemplo nos 42.000 seguidores que temos na nossa página no Facebook.

Em 2016 obtivemos a acreditação enquanto Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento (ONGD) e fomos convidados a assumir o papel de Ponto de Contacto em Portugal do Pilar da Sociedade Civil da Community of Democracies.

Estas acreditações — a que esperamos se junte a Declaração de Utilidade Pública muito em breve — são o reconhecimento público do trabalho que desenvolvemos.

Ao longo dos anos, em todas as atividades e projetos encetados, procurámos suscitar o debate informado e participado sobre as questões da governança, transparência e promoção de boas políticas de prevenção e combate à corrupção.

A perceção da sociedade portuguesa sobre estas matérias evoluiu muito desde 2010, e confiamos ter contribuído bastante para que assim seja.

Na Europa, colaboramos de forma regular e sistemática com a Transparency International e os seus diversos capítulos nacionais, e temos podido contar com o patrocínio da Comissão Europeia no suporte financeiro à elaboração de relatórios e implementação de projetos e campanhas, tais como:

Countdown to Impunity: Corruption-related Statutes of Limitation in the European Union (2011), Sétimo Relatório Anual de Monitorização da Implementação da Convenção Anti suborno da OCDE (2011), Revisão paralela da implementação da UNCAC - Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (2011), Sistema Nacional de Integridade – Portugal (2012), Sistema Local de Integridade – Portugal (2013), Exporting Corruption – OECD Progress Report (2013), Manipulação de Resultados no Futebol Português (2014), O Lóbi a Descoberto (2014), e Speak-Up (2015).

E no último ano firmámos dois novos protocolos de cooperação com organizações congéneres na África de Língua Portuguesa – o Centro de Integridade Pública de Moçambique e o Centro de Integridade Pública de São Tomé e Príncipe.

Além do Índice de Transparência Municipal (ITM), que começámos a publicar em 2013, e da Provedoria TIAC, lançada em 2011, ambos desenvolvidos em permanência, estão atualmente em curso dois projetos iniciados em 2016 - Beneficiários Efetivos e Transparência Fiscal (2016-2017) e Pactos de Integridade (2016-2019) -, e preparamo-nos para abraçar o primeiro desafio no papel de Coordenador Internacional do novo Erasmus+ Sport Anti Match-Fixing Top Training (2017-2019).

Todos estes projetos são financiados pela Comissão Europeia, à exceção do ITM e da Provedoria TIAC, que suportámos este ano com recursos próprios muito limitados, e que, felizmente, durante os próximos anos beneficiarão do apoio financeiro do JB Fernandes Memorial Trust. Este fundo, gerido pela Rockefeller Foundation, agraciou a TIAC com 100.000 USD, distribuídos por 3 anos, o que é fundamental para o equilíbrio financeiro da associação.

Mas continuamos especialmente vulneráveis em face do quadro de sucessiva redução dos montantes anualmente atribuídos pelo mecanismo de financiamento da EU ao setor social, e quando o contributo dos sócios, nomeadamente no pagamento atempado das quotas, continua ainda muito abaixo do desejado.

Por isso mesmo, durante o ano 2016, o nosso enfoque foi o planeamento estratégico e a capacitação institucional, fatores críticos de sustentabilidade, e por efeito um desígnio

A missão da TIAC e a sua continuidade no tempo demandam dos órgãos sociais, em particular da Direção, que empreendam uma trajetória de crescimento centrada no incremento dos sistemas de gestão e de qualificação científica e técnica, bem como na promoção de uma cultura de planeamento e de monitorização e avaliação que permita efetivamente melhorar a participação interna, a democratização dos processos decisórios e o fundraising, ao mesmo tempo que alarga a base de apoio da nossa missão em prol da boa governança e combate à corrupção.

O novo Modelo de Governança aprovado está inscrito nesta dinâmica, que de resto é essencial para a avaliação a que seremos submetidos pela TI-S em Junho de 2017.

Neste novo registo, o apoio e acompanhamento do Secretariado da Transparency International, por via da nossa coordenadora regional, Valentina Rigamonti, tem sido determinante, e os resultados já alcançados, nomeadamente com

constituição de uma equipa de gestão operacional estável do ponto de vista laboral, tecnicamente qualificada e motivada, permitem-nos perspetivar um futuro pleno de sucesso para a Direção que agora nos sucede.

Vamos a isso!

Um bem-haja a todas e todos

Associados

Membros dos restantes Órgãos Sociais

Equipa

Investigadores

Consultores

Voluntários

Parceiros

Amigos

A Direção

Luís de Sousa (Presidente)

Paulo Morais (Vice-Presidente)

David Marques

Domitília Soares

Maria Teresa Serrenho

Nuno Cunha Rolo

Vasco Veloso



Atividades desenvolvidas

RELATÓRIO E CONTAS 2016

Organização e funcionamento interno

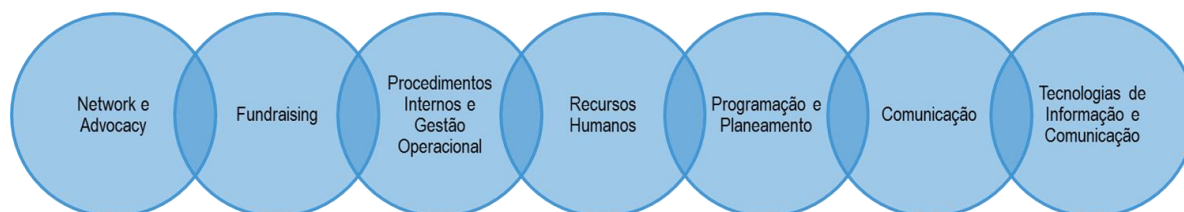
No último relatório apresentado demos nota das dificuldades experienciadas pela ausência de uma gestão estável e profissional e, nessa medida, durante o ano 2016 colocámos em marcha um **novo modelo de governança**, tendo em vista justamente a capacitação organizacional da associação e a sua sustentabilidade financeira.

Longe de ser um modelo encerrado, porque a nossa realidade é dinâmica, tal estrutura pretende dotar a TIAC de instrumentos e recursos adaptados aos desafios que enfrentamos, quer do ponto de vista da gestão de projetos, quer do ponto de vista do planeamento estratégico, elementos essenciais no nosso trabalho quotidiano.

Conquistado que está o lugar de charneira no combate à corrupção, importa que nos dediquemos também à consolidação dos recursos humanos e materiais indispensáveis à concretização prática da nossa visão e missão.

O **projeto GROW**, iniciado em Maio de 2016, e que culminou com a aprovação do novo modelo de governança, foi desenvolvido tendo presente as necessidades internas da associação, alinhando a dinâmica organizacional com os resultados esperados, promovendo a eficácia e a eficiência, e medindo o desempenho numa base regular.

Eis as suas principais dimensões de intervenção:



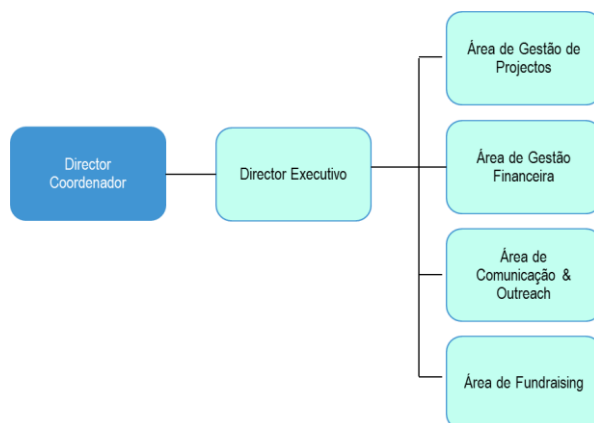
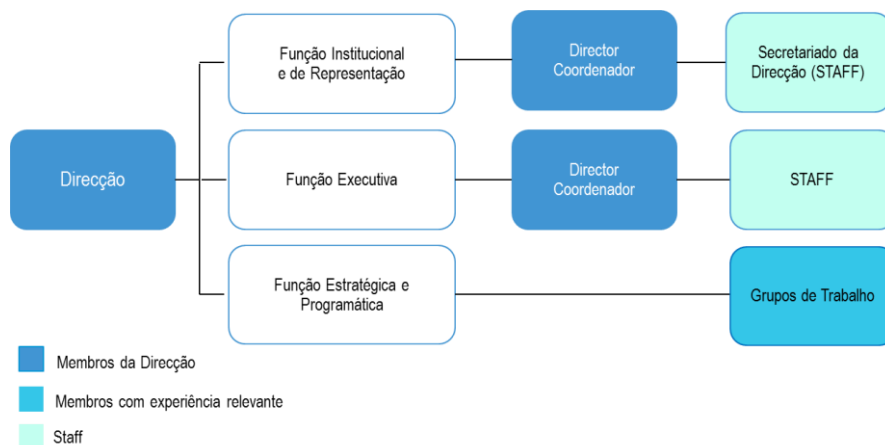
1. **Network e Advocacy:** melhorar a capacidade de interligação com os principais stakeholders
2. **Fundraising:** melhorar a capacidade de captação de fundos
3. **Procedimentos Internos e Gestão Operacional:** melhorar a capacidade de planeamento estratégico e de gestão
4. **Recursos Humanos:** recrutamento, retenção e desenvolvimento dos RH
5. **Programação e Planeamento:** linhar a missão e visão estratégicas com um sólido project cycle management
6. **Comunicação:** identificar os diferentes públicos-alvo da TIAC, e desenvolver uma estratégia de comunicação consistente e pró-ativa
7. **Tecnologias de Informação e Comunicação:** incorporar o uso das TIC relevantes para melhoria da performance organizacional

A implementação de ações de melhoria contínua só foi possível com o incremento da participação dos membros da Direção no trabalho da Equipa, razão pela qual se entendeu fundamental prosseguir esta trajetória de envolvimento sistemático no futuro.

Não obstante a nomeação de uma nova Diretora Executiva, continua a ser muito importante – senão determinante – reclamar da Direção que lidere efetivamente o trabalho da TIAC, representando-a nos diversos fóruns e definindo e coordenando o seu programa de intervenção.

Ao mesmo tempo, é também de extrema relevância manter o capital intelectual e de mobilização acumulado, suscitando a participação dos membros e voluntários nas atividades da associação, de forma organizada e sustentável.

Por isso mesmo, o novo modelo de governança estrutura-se em três funções core:



Competirá a cada Direção definir quem de entre os seus membros se ocupará mais especificamente de cada uma dessas funções, garantindo que as diferentes dimensões de intervenção possam atingir o nível de excelência que todos almejamos, bem como avaliar e discutir a propriedade da aplicação do modelo de governança em vigor.

Planeamento estratégico

A generalidade das organizações não-governamentais, não só em Portugal, mas um pouco por todo o mundo, vivem reféns da carência sistémica de recursos financeiros, humanos e materiais, o que sem dúvida constringe de modo muito significativo a sua ação.

Já aqui se deu nota das dificuldades enfrentadas pela TIAC a este nível aquando do exercício de 2015, nomeadamente no que se refere à inelegibilidade das despesas correntes da associação no orçamento de projetos financiados por subvenções públicas. E assim, tanto a capacidade de suportar os encargos com a estrutura (rendas e alugueres, comunicações, equipamentos, software, domínio e alojamento web, etc.), como a continuidade dos recursos humanos, ficam limitadas às disponibilidades decorrentes dos valores inscritos a título de custos indiretos, e necessariamente circunscritas ao tempo de vida de cada projeto.

Esta circunstância é, como se viu no passado recente, a todos os níveis dramática.

Do ponto de vista financeiro, a sustentabilidade da TIAC encontra-se atualmente limitada à combinação de quotas e donativos e de subvenções para implementação de projetos, habitualmente sob a coordenação da Transparency International.

Muito embora estas receitas tenham permitido garantir uma intervenção regular desde 2010, urge diversificar as receitas pelo acesso à generalidade das fontes inscritas no Regime de Financiamentos, designadamente através da elaboração de um [Plano de Fundraising](#) sustentado.

Mas não só.

No último *Diagnóstico das ONG em Portugal*, publicado pela Fundação Calouste Gulbenkian em 2015, diz-se que um dos principais obstáculos à sustentabilidade das ONG é a dependência extrema de «*financiamento com base em projetos candidatados a sistemas de incentivos públicos nacionais, ou europeus, o que torna o trabalho da organização no terreno dependente de prioridades de agenda que podem não ser coincidentes com as suas*», mas também que «*a elaboração dum planeamento estratégico confere uma visão de longo-prazo que vai para além do mandato dos órgãos sociais e funciona como garante da estabilidade na estratégia da organização*».

E, de fato, se é a verdade é que as nossas parcas competências de gestão têm sido obstáculo à acreditação plena como Capítulo Nacional no universo TI, e por efeito ao acesso a programas financeiramente mais sustentáveis, a ausência de um planeamento estratégico tem igualmente contribuído para que as dificuldades financeiras e de gestão se agudizem.

De acordo com o mesmo estudo, a maioria das ONG portuguesas realiza planos de atividades e orçamentos, mas não é claro qual o uso efetivo destas ferramentas ao serviço de uma gestão eficaz e eficiente da organização.

Também nós temos tido alguma dificuldade em traduzir a planificação anual das atividades numa ação concertada a todo instante, reportando-a e avaliando-a à medida que se concretiza. Sobretudo não temos sido capazes de suplantar a lógica de projeto e abraçar a de programa, em tudo mais sustentável porque nos permite perspetivar, planejar e decidir a médio-longo prazo.

Assim sendo, durante o ano 2016 iniciámos também o balanço e reflexão sobre aquelas que têm sido as dimensões de intervenção prioritárias da TIAC, bem como a discussão sobre os contextos temáticos futuros, com vista à elaboração do [Plano Estratégico para o período 2017-2021](#).

De entre as áreas que se consideram estratégicas, destacamos:

1. [Investigação](#) aplicada às questões da Boa Governança e da Corrupção;
2. [Monitorização](#) de legislação e regulamentação nacional e da EU e de convenções internacionais;
3. [Avaliação](#) da qualidade da governação, integridade e transparência no poder central e local;
4. Desenvolvimento e implementação de [sistemas de monitorização e compliance](#);
 - a. Na Administração Pública Central
 - b. No Sector Privado (Empresas e Instituições)
5. [Cooperação para o Desenvolvimento](#): apoio à capacitação institucional em prol da boa governança e combate à corrupção nos PALOP;
6. [Apoio a denunciantes e vítimas de corrupção](#);
7. [Educação/ Formação](#) para reforço do conhecimento, cidadania e participação cívica em prol da Boa Governança, Transparência e Integridade em todas as dimensões da vida pública;
8. [Sensibilização e advocacy](#);
9. [Capacitação](#) Institucional e [Sustentabilidade](#);

A expectativa é a de que o Plano Estratégico, que esperamos a próxima Direção consiga concluir em breve, se transforme no principal instrumento de gestão da associação, assistindo a Equipa no cumprimento da Função Executiva através da congregação de esforços com os Associados e os Órgãos Sociais eleitos no alcance de metas e objetivos partilhados.

É importante referir que, contrariamente a outras instituições, as ONG, e a TIAC em particular, regem-se por um quadro de valores não mensuráveis. Lutar pela erradicação da corrupção e das desigualdades em todas as suas múltiplas e complexas dimensões exige sempre muito mais do que a mera mobilização de competências profissionais – é preciso que cada uma e cada um, independentemente do seu estatuto e função na organização, se sinta empoderado(a) por participar da nossa luta.

Projetos

Durante o ano 2016 iniciámos dois novos projetos – Beneficiários Efetivos e Transparência Fiscal (EBOT e Pactos de Integridade (IP) -, apoiámos a investigação do relatório desenvolvido pela TI Itália sobre “Impact of Statutes of Limitations in Corruption Cases Affecting EU Financial Interests – A European Comparison”, prosseguimos a implementação do Índice de Transparência Municipal (ITM) e da Provedoria TIAC, e vimos aprovado um novo projeto Erasmus+ Sport versando a área do Match Fixing.

A circunstância de não termos tido Equipa de Projetos constituída praticamente até meados do mês de Maio dificultou bastante a coordenação de atividades não financiadas, especialmente o apoio a denunciante e vítimas de corrupção no âmbito da Provedoria TIAC, que funcionou desde Dezembro de 2015 com serviços mínimos.

A rápida implementação do projeto GROW, focado na capacitação institucional, permitiu colmatar algumas das nossas principais debilidades em termos organizacionais, mas ainda assim a falta de recursos humanos e financeiros dedicados a tarefas não diretamente associadas à execução de projetos apoiados por subvenções públicas continua a limitar extraordinariamente a nossa capacidade de atuação e, inclusive, o desenvolvimento de novas iniciativas.

BENEFICIÁRIOS EFETIVOS E TRANSPARÊNCIA FISCAL (EBOT)

[Estado: [prestes a concluir-se](#)]

Coordenação: Luís de Sousa, David Marques

Investigação: Susana Coroado, João Ramos

Gestão de Projeto: Joana Lucas, Karina Carvalho, João Paulo Batalha

Países participantes além de Portugal: Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Eslovénia e República Checa

O fluxo financeiro ilícito e a propriedade anónima são problemas que urge solucionar dentro da UE. Atualmente, existe pouco conhecimento sobre a relação entre as redes de corrupção e a falta transparência dos registos de propriedade efetiva, quer a nível nacional quer internacional. Além disso, não há ainda uma rede organizada da sociedade civil nos vários países da UE que promova a sensibilização para este problema e proponha políticas públicas robustas para o resolver.

Este projeto, com a duração aproximada de 12 meses, veio dar voz à sociedade civil europeia no debate urgente sobre o reforço dos mecanismos de prevenção e controlo da fraude fiscal e lavagem de dinheiro, procedendo à avaliação aprofundada da realidade em seis Estados Membros da UE no que toca às políticas de transparência fiscal e identificação de beneficiários efetivos.

Objetivos:

O projeto EBOT, que terá a sua conferência final em Bruxelas no próximo dia 25 de Abril, teve como objetivos:

- Promover estruturas nacionais de acesso claro e eficaz à informação sobre o beneficiário efetivo de empresas, fundações; e outras entidades registadas em Portugal;
- Prevenir o recurso a sociedades anónimas por redes de crime organizado e negócios de corrupção;
- Proteger a economia lícita europeia, que cria riqueza, gera emprego e é um fator crucial de desenvolvimento económico e social;
- Apoiar a localização e apreensão de bens de origem ilícita, para que sejam revertidos para as sociedades lesadas pela corrupção;
- Encorajar a cooperação e cruzamento de informação transnacional para melhor identificar os beneficiários efetivos e dar mais eficiência às investigações das autoridades.

Entre 2007 e 2015, quatro instituições bancárias portuguesas entraram em colapso, forçando o governo a intervir e a injetar na banca cerca de 13 mil milhões de euros (7,3% do PIB) do dinheiro dos contribuintes. Além disso, milhares de pequenos investidores perderam o seu dinheiro, por vezes poupanças de uma vida, num montante ainda por determinar.

Este colapso massivo do setor bancário levou à descoberta de uma intrincada rede de empresas offshore, fundos e contas bancárias ligadas a atividades criminais atualmente sob investigação, bem como pagamentos inexplicáveis a administradores de grandes empresas e outras pessoas desconhecidas. Estas entidades offshore, pertencentes aos bancos, às empresas associadas e aos seus gestores, escaparam às agências de supervisão e às autoridades tributárias de Portugal e de outros países onde estes grupos financeiros mantinham operações. O branqueamento de capitais e a circulação de fundos ilícitos afetam todos os países. Fechando os olhos e aceitando dinheiro ilícito do exterior para a compra de bens num determinado país, sob a falsa lógica do “não foi roubado ou ganho aqui” ou “se não fosse investido aqui, teria ido para outro lugar de qualquer maneira” é uma ilusão.

COROADO, Susana Duarte, TIAC (2017), [Beneficiários Efetivos e Transparência Fiscal](#), Lisboa: Transparência e Integridade, Associação Cívica

Principais atividades desenvolvidas:

Desk Research	Levantamento de toda a legislação e regulamentação em vigor sobre beneficiários efetivos e transparência fiscal e mapeamento dos principais stakeholders institucionais
Entrevistas	Associação Portuguesa de Ética Empresarial Associação Sindical dos Juizes Portugueses Banco de Portugal Bloco de Esquerda CDS/PP CMVM Conselho de Prevenção da Corrupção Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa DIAP Gabinete de Recuperação de Ativos (PJ) Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção Instituto Nacional da Propriedade Industrial Jornal Observador Ministério das Finanças Observatório de Economia e Gestão de Fraude Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo Ordem dos Revisores Oficiais de Contas Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, Funchal e Ponta Delgada Tribunal de Contas
Questionário Técnico	Foram convidadas a preencher o questionário 89 entidades, das quais 83 eram Instituições Financeiras e outras Não-financeiras, 2 Entidades de Supervisão e Regulação e 2 localizadas na ilha da Madeira
Reunião de Peritos	15 especialistas de várias áreas estiveram presentes na reunião, realizada sob o sistema <i>Chatham House Rule</i>
Vídeo e sessão de apresentação	Sobre o setor Imobiliário, apresentado na Casa do Alentejo a 5 de Dezembro
Relatório de Investigação	Beneficiários Efetivos e Transparência Fiscal

Estudos de Caso	Imobiliário, Jogo e PEPs (Pessoas Expostas Politicamente)
Conferência Final do Projeto	Realizada no ISEG no passado dia 24 de Fevereiro

Mais informação sobre o projeto:

Informação atualizada sobre o projeto e os seus resultados, bem como a campanha que estamos a desenvolver em prol do registo público de Beneficiários Efetivos com o apoio da Open Society Foundations (OSF), pode encontrar-se em www.negociosfantasma.transparência.pt

PACTOS DE INTEGRIDADE – Integrity Pacts II (IP)

[Estado: [em implementação até 2019](#)]

Coordenação: Luís de Sousa, Vasco Veloso

Comité de Peritos: Miguel Lucas Pires, Daniel Taborda, Hélder Lóio, Paulo Silva

Gestão de Projeto: Karina Carvalho, Giuseppe Napoli Marco Dinis Santos,

Países participantes além de Portugal: Bulgária, Eslovénia, Itália, Grécia, Roménia, Hungria, República Checa, Polónia, Lituânia e Letónia

A nova política de coesão da UE estabelece responsabilidades regulatórias acrescidas às autoridades nacionais encarregues da gestão de fundos europeus, exigindo que sejam colocadas em prática medidas de prevenção de fraude que identifiquem e previnam riscos de corrupção em áreas particularmente problemáticas, como a da contratação pública, sendo as políticas de prevenção dos Estados Membros da UE avaliadas pela Comissão Europeia no seu relatório anti-corrupção, publicado a cada dois anos.

Em vésperas da celebração do sexagésimo aniversário do Tratado de Roma, a propósito da decisão incompreensível da CE em suspender a publicação do relatório anti-corrupção, programada para 2016, um grupo de organizações da sociedade civil, no qual nos incluímos, denunciou e repudiou o abandono da UE do seu papel de liderança na luta contra a corrupção.

[Ler aqui o posicionamento que subscrevemos.](#)

O Pacto de Integridade, desenvolvido pela Transparency International desde 1990, é atualmente uma das ferramentas tidas como mais robustas na promoção da integridade e da transparência dos processos de contratação pública, razão pela qual foi decidido pela CE um investimento superior a 5 milhões de Euros no apoio à implementação de Pactos de Integridade em 17 projetos financiados através de fundos europeus, dispersos por 11 países,

Em Portugal, o Pacto de Integridade será utilizado pela primeira vez em numa obra adjudicada pela Direção-Geral do Património Cultural, e a TIAC assume no projeto a responsabilidade de dirigir o processo de monitorização, garantindo que todos os procedimentos de contratação, bem como a execução da obra, são legais, íntegros e transparentes.

Estamos ainda na fase de arranque do projeto, em virtude do atraso significativo na atribuição de financiamento para execução da obra a monitorar, mas ao longo dos últimos meses temos desenvolvido uma intensa atividade em prol da melhoria dos procedimentos de contratação pública em Portugal, e na progressiva desocultação dos graves problemas de corrupção que assolam este setor.

Os resultados do [Barómetro Global da Corrupção](#) e do [Índice de Perceções de Corrupção](#) publicados pela Transparency International em Outubro de 2016 e Janeiro de 2017, respetivamente, vêm demonstrando que a área da contratação pública é uma das mais identificadas com práticas de corrupção e de conluio, sendo frequentemente associada a conflitos de interesse e abusos de poder nos seus processos decisórios.

De resto, a estatística da Provedoria TIAC, disponível neste relatório, assim como a avaliação produzida no âmbito do ITM, demonstra claramente que este setor é indubitavelmente problemático, motivo pelo qual consideramos estratégico – e urgente! – mobilizar recursos para um trabalho complementar ao projeto IP, nomeadamente através da análise sistemática das bases de dados de contratação pública (e-procurement) e dos procedimentos e práticas cristalizados ao nível local-

Objetivos:

Um Pacto de Integridade é uma ferramenta que visa aumentar a transparência, a responsabilização e integridade na contratação pública, apoiando os governos, a sociedade civil e as empresas a combater a corrupção na contratação pública.

Mais do que uma declaração de princípios, o Pacto de Integridade é um mecanismo de monitorização, tipicamente liderado por uma organização da sociedade civil, que inclui um acordo entre um organismo da administração pública, central ou local, e as empresas concorrentes a um dado contrato público que se comprometem a não incorrer em práticas de corrupção durante todo o processo de contratação e execução de uma dada obra ou prestação de serviço, advogando a defesa e a promoção de um ambiente negocial limpo e transparente, e assumindo a disponibilidade para partilhar com os cidadãos todas as informações consideradas essenciais para aferir e avaliar até que ponto estão, de facto, comprometidas com uma atuação em tudo íntegra.

Principais atividades desenvolvidas:

Desk Research	levantamento da legislação em vigor e dos principais riscos de corrupção associados à contratação pública
Participação na Revisão do Código dos Contratos Públicos	Press Release: https://transparencia.pt/2016/10/06/transparencia-e-integridade-defende-mais-fiscalizacao-civica-sobre-os-contratos-do-estado/ As nossas recomendações: https://transparencia.pt/wp-content/uploads/2016/10/Contributo-TIAC-Revisao-CCP.pdf
Encontro com a equipa da Comissão Europeia responsável pelo relatório do Semestre Europeu	Fomos convidados, juntamente com o Legal Expert do projeto IP, Prof Miguel Lucas Pires, a pronunciar-nos sobre riscos de corrupção na contratação pública, PPPs e concessões
Reuniões com stakeholders	Temos reunido com pessoas e instituições ligadas ao setor da contratação pública, de entre as quais destacamos a Autoridade da Concorrência

Mais informação sobre o projeto:

Informação atualizada sobre o projeto pode encontrar-se no site da Transparency International (em Inglês):

https://www.transparency.org/whatwedo/activity/clean_contracting_safeguarding_eu_funds_in_europe

Fique atento ao lançamento da nova página do projeto em Portugal em www.transparência.pt

PROVEDORIA TIAC

[Estado: em implementação desde 2011]

Jurista Voluntário: João Ramos

Com a conclusão do projeto Speak Up II em final de 2015, financiado pela Comissão Europeia e desenvolvido em parceria com o Secretariado da Transparency International em Berlim e seis outros capítulos da TI na Europa, o nosso serviço de apoio a denunciadores e vítimas de corrupção não teve recursos humanos e financeiros dedicados praticamente durante todo o ano 2016, o que acabou por traduzir num decréscimo significativo nos seus níveis de eficiência.

Além da equipa, que se desmultiplica por inúmeras tarefas, tivemos apenas um voluntário a atender os casos que nos chegam por esta via, com uma afetação de cerca de 4 horas por semana a partir do mês de Setembro.

Ao João Ramos, jovem jurista, o nosso mais sentido obrigado pela dedicação e disponibilidade.

Há, portanto, a necessidade de se reestruturar o projeto por completo, nomeadamente através da criação de um modelo de gestão de atendimentos mais independente da disponibilidade de recursos humanos afetos ao projeto em regime de dedicação exclusiva, o que ganha ainda maior propriedade quando sabemos que o projeto ALAC - Advocacy and Legal Advice Centres foi descontinuado no Secretariado da TI.

Por outro lado, a reflexão interna vem salientando a necessidade de se incrementar a atuação da Provedoria TIAC no domínio da informação/ sensibilização e educação/ formação para a cidadania, tendo em conta que, de entre os casos que nos são reportados, há um número expressivo que não configuram denúncias de corrupção, mas de dificuldades no acesso à justiça.

É verdade que ainda há um longo caminho a percorrer para reforço da literacia anti-corrupção, mas também é certo que, para muitas cidadãs e cidadãos portugueses, as dificuldades no acesso à justiça atingem proporções verdadeiramente dramáticas. Por falta de informação ou de recursos financeiros, há muita gente que se vê privada do acesso à representação legal, e que busca os serviços da Provedoria nesse sentido.

Ora, nem a Provedoria está atualmente capacitada para fornecer patrocínio jurídico, nem a TIAC tem legitimidade para se constituir como assistente em todas as circunstâncias - sobretudo naquelas que não se relacionam diretamente com delitos de corrupção -, o que não raras vezes provoca a frustração e o desagrado de quem nos contacta.

Convém lembrar que a possibilidade intervirmos como assistente num processo depende em muito da capacidade de intervir diretamente no andamento desse processo, ou seja, de estarmos em condições de colaborar com o Ministério Público, por exemplo prestando informações que efetivamente acrescentem a investigação e a acusação.

Salvo raras exceções, a esmagadora maioria dos casos que nos chegam são pouco consistentes a este nível. Ou seja, são poucas as pessoas que se dirigem à Provedoria com elementos criminais suscetíveis de instigar a investigação da Polícia Judiciária ou

alimentar uma acusação junto do Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) ou do Ministério Público.

Os casos reportados são por isso mais comentários do que denúncias, mais desabafos do que acusações sustentadas, o que sem dúvida se interliga como quadro de proteção de denunciante vigente em Portugal, absolutamente insipiente, mas também com o preconceito.

Em Portugal, como em outros países que tiveram um passado político recente marcado pela Ditadura, a denúncia é ainda, e em larga medida, um tabu.

Por isso mesmo, no nosso país, a figura do *whistleblower* que aprendemos a reconhecer em Julian Assange, Antoine Deltour, ou Bradley Manning, na prática, não existe.

Pelo contrário, pessoas como o nosso Vice-Presidente Paulo Morais vêm-se sistematicamente perseguidas e acusadas de difamação quando ousam denunciar situações de corrupção, conflitos de interesse ou conluio, ou até mesmo comentá-las depois de amplamente publicitadas nos principais meios de comunicação social.

Devido às raízes históricas e culturais, em Portugal a denúncia continua a ser uma prática pouco comum no nosso país. Tal como acontece em muitos outros países¹⁵ que tiveram um passado marcado por períodos autoritários e redes de polícia secreta, também em Portugal as consequências do período do Estado Novo e do Pré-25 de abril criaram na sociedade uma perceção altamente negativa sobre a figura do «búfo» ou do «chibo». Uma situação agravada pela população reduzida de certos países, como Portugal, onde as redes pessoais, profissionais e familiares de proximidade (e por vezes mesmo as convicções religiosas) funcionam como um dissuasor à denúncia.

MARQUES, David (2013), «Uma Alternativa ao Silêncio: a proteção de denunciante em Portugal». Whistleblowing in Europe: Legal Protection for Whistleblowers in the EU. Berlin: Transparency Internacional

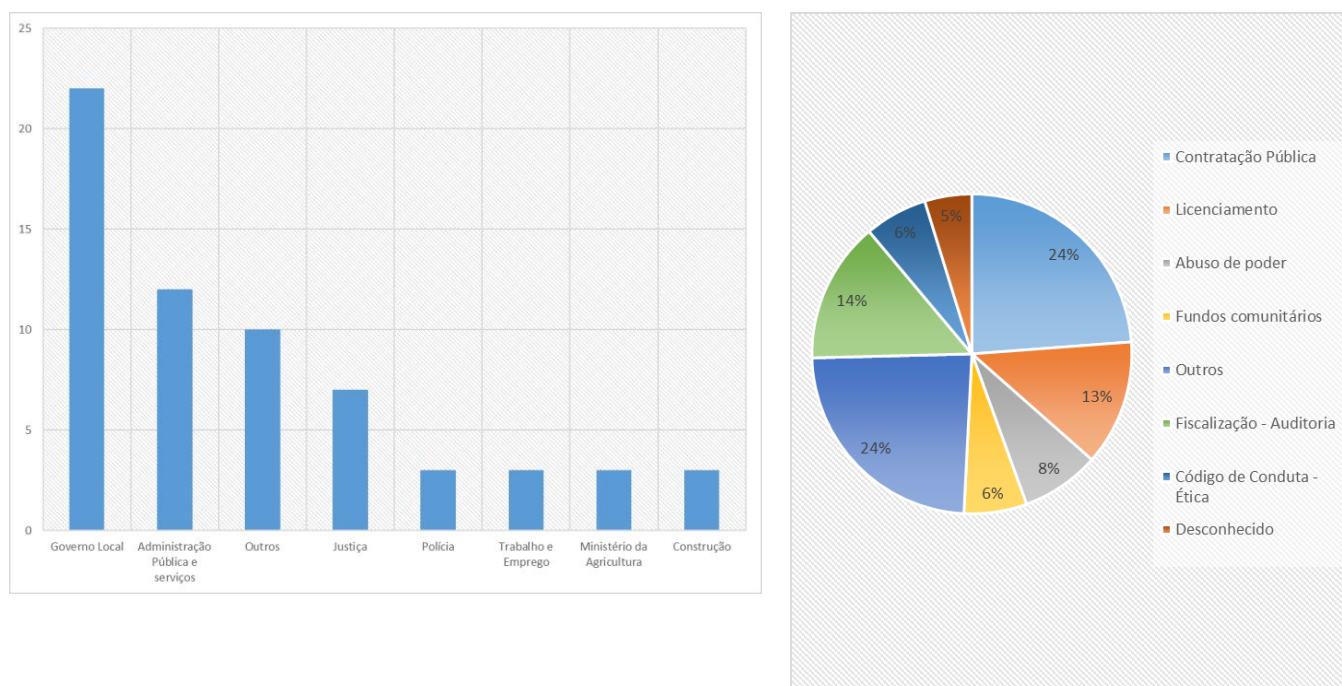
Objetivos:

- Mobilização dos cidadãos e aconselhamento no acesso a informação de interesse público e na denúncia de suspeitas de corrupção, conflitos de interesses e/ou abuso de poder;
- Apoio a denunciante e vítimas de corrupção;
- Educação e formação para cidadania e literacia anti-corrupção.

Principais atividades desenvolvidas:

Não obstante o que atrás se disse, ao longo do último ano a Provedoria TIAC registou atividade significativa, tendo trabalhado 66 casos. Além destes, recebemos habitualmente um número considerável de comentários e solicitações que se revelaram improcedentes, sobretudo por falta de informação complementar.

Denúncias por Setor/Área de Atividade



A análise dos dados da Provedoria, demonstrou que a maioria das pessoas que entraram em contacto com a TIAC são testemunhas de irregularidades (36 casos), enquanto que em 21 casos o denunciante era a vítima.

Normalmente o ID do denunciante é conhecido (89% das vezes), mas apenas em 9 casos foi indicado alguém para a correspondência física.

Em 2016 o Poder Local foi, sem surpresa, o setor onde se registou o número maior de casos denunciados (22), assim como a área da contratação pública (15 casos).

Principais atividades desenvolvidas:

Informação e esclarecimento	Respondemos a pedidos de clarificação sobre o funcionamento do sistema de Justiça
Encaminhamento	Encaminhámos alguns dos casos que nos chegaram para o sistema de receção de denúncias da Procuradoria-Geral da República (DCIAP) e do Provedor de Justiça

Mais informação sobre o projeto:

Informação atualizada sobre o projeto pode encontrar-se no nosso site: <https://transparencia.pt/o-que-fazemos/#provedoria>

ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL 2016 (ITM)

[Estado: em implementação desde 2013]

Coordenação Científica: António Tavares (UMINHO), Susana Jorge (UC), Nuno Ferreira da Cruz (London School of Economics), Luís de Sousa (TIAC/ ICS-UL)

Investigação: Teresa Ruel (GOVCOOP-UA), Diana Antunes Marques (GOVCOOP-UA), Sónia Carvalhinha (GOVCOOP-UA)

Apoio à investigação: Ana Macedo, André Castro, Cátia Andrade, Celso Rodrigues, Cátia Cristina, Daniel Fernandes, Pedro Lourenço, Tiago Conceição, João Silva

O ITM pretende aferir o patamar mínimo de transparência de cada município, medido através de uma análise do volume e tipo de informação disponibilizada naqueles que são os *outlets* de comunicação com maior difusão nos nossos dias- os websites dos municípios -, sobre a estrutura, funcionamento e gestão municipais e, em particular, sobre a sua atuação em áreas de elevado risco, como são a contratação pública e o urbanismo.

Nesta medida, e no contexto do ITM, entende-se por transparência o ato de *"providenciar informação relevante, fidedigna, atempada, inteligível e de fácil acesso sobre formato, desempenho e gestão do bem público"*, o que significa que nem a transparência se esgota no Índice de Transparência Municipal, nem podemos supor da sua leitura que o município A é mais transparente que o município B, ou vice-versa.

Em ano de eleições autárquicas a polémica em torno do lançamento do Índice de Transparência Municipal 2016 subiu de tom relativamente a edições anteriores, o que entendemos de algum modo natural e inevitável, se bem que nos continuem a surpreender as críticas e os comentários desproporcionais de alguns dos principais responsáveis políticos da administração autárquica portuguesa, como o Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), Manuel Machado, que é também Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, este ano classificada na posição 218, entre 308 municípios.

Na verdade, não nos espanta. As avaliações independentes e isentas como a preconizada e materializada no ITM são sempre muito difíceis de digerir por quem está habituado a ter a palavra final sobre resultados.

Mais importante do que as reações inflamadas de alguns, felizmente cada vez menos a cada ano que passa, é a perceção instalada, na opinião pública e nos funcionários autárquicos, de que o ITM é, de facto, uma ferramenta de *benchmarking* essencial para a melhoria da qualidade da informação prestada aos cidadãos por parte dos municípios.

O projeto faz-se com enorme esforço e sentido de serviço público, pelo que é com grande satisfação que temos assistido a desenvolvimentos positivos ao longo das últimas quatro edições do ITM:

1. o número de municípios que hoje têm uma página dedicada à transparência municipal nos seus websites tem aumentado;
2. o número de municípios que hoje participa na fase de contraditório aumentou dez vezes em relação à primeira edição;
3. a pontuação global do ITM tem vindo a melhorar, ultrapassando este ano a fasquia dos 50%;

4. pela primeira vez, um município de pequena dimensão e do interior do país conseguiu alcançar a pontuação máxima, o que significa que é possível fazer melhor, basta que para tal haja liderança, empenho e estratégia.

Ainda assim, e apesar dos assinaláveis avanços feitos pelas Câmaras Municipais na disponibilização de informação nos seus websites, vimos alertando para a necessidade de os municípios serem mais proativos, consistentes e consequentes em matéria de transparência e responsabilização.

Não basta “ficar bem na fotografia”, é preciso encetar reformas que melhorem globalmente a qualidade da governação, da relação dos cidadãos com as instâncias de poder e do funcionamento dos órgãos democráticos.

Conseguir uma boa posição no ranking anual do ITM não deve, pois, ser entendido como um fim em si mesmo, mas como um incentivo e uma ferramenta de trabalho que permita aos municípios progredirem na infundável tarefa de proverem bom governo aos seus cidadãos.

Objetivos:

O ITM visa três grandes objetivos:

- Proporcionar uma ferramenta de benchmarking aos municípios na difusão proativa de informação nos seus websites, através da elaboração e publicitação de um ranking e relatório anual;
- Sensibilizar as autoridades locais para a importância da transparência e responsabilização para o aprofundamento da democracia local, a participação cívica e o desenvolvimento local sustentável;
- Promover a divulgação dos resultados junto da academia e da comunidade civil com o intuito de fomentar um debate alargado sobre estas matérias e a produção de estudos científicos e técnicos sobre a qualidade da democracia local.

Principais atividades desenvolvidas:

Análise dos websites dos 308 municípios portugueses	Levantamento detalhado de todas as informações constantes dos websites dos municípios e a sua ponderação em função de 76 indicadores agrupados em 7 dimensões: 1) Informação sobre a Organização, Composição Social e Funcionamento do Município; 2) Planos e Planeamento; 3) Impostos, Taxas, Tarifas, Preços e Regulamentos; 4) Relação com a Sociedade; 5) Contratação Pública; 6) Transparência Económico-Financeira; 7) Transparência na área do Urbanismo.
Elaboração de grelhas de avaliação de cada município	Para cada município foi consolidada uma grelha de avaliação, remetida para efeitos de contraditório
Análise das respostas ao contraditório	Verificação e validação dos dados submetidos pelos municípios que responderam ao contraditório
Controlo de qualidade da recolha	Reverificação dos dados aplicada aos 10 primeiros e 10 últimos municípios do ranking, aos que registaram grandes subidas ou descidas na pontuação e a uma amostra aleatória de municípios
Publicação e Sessão de Apresentação do ITM 2016	Na Universidade de Aveiro, a 8 de Fevereiro de 2017
Relatório ITM 2016 – Região Centro	Em fase de edição

Além destas, estão igualmente previstas para 2017 mais duas iniciativas de disseminação do ITM, em resultado do protocolo de colaboração firmado com a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIMBSE), a única CIM que respondeu

positivamente ao repto lançado pela TIAC no sentido do aumento do conhecimento e informação sobre as dimensões de avaliação do índice em prol da melhoria contínua e do incremento da transparência dos municípios.

Relatório CIMBSE	Elaboração de um relatório e infografia com análise dos resultados ITM 2016 dos municípios membros da CIMBSE
Sensibilização	Sessão de apresentação dos resultados CIMBSE e de disseminação de boas práticas no uso das TIC para promoção da transparência, participação pública e gestão de processos nos municípios, dirigida a autarcas e funcionários municipais

Mais informação sobre o projeto:

<https://transparencia.pt/indice-de-transparencia-municipal/>

PARTICIPAÇÃO PONTUAL EM PROJETOS DESENVOLVIDOS POR PARCEIROS

Em 2016, Elena Burgoa e David Marques apoiaram a investigação do relatório desenvolvido pela TI Itália sobre "[Impact of Statutes of Limitations in Corruption Cases Affecting EU Financial Interests – A European Comparison](#)"

Relações institucionais

O estreitamento de relações institucionais é fundamental para a TIAC. O cumprimento da nossa missão depende em muito do desenvolvimento de sinergias estratégicas com instituições com quem partilhamos valores, ideais e modelos de atuação.

A pertença à rede Transparency International desde a fundação fez-se justamente neste pressuposto, mas começa a ser tempo de arriscarmos parcerias além daquelas que vimos estabelecendo com os capítulos nacionais da TI, até porque os exemplos que experienciamos têm sido extraordinariamente positivos.

No âmbito do ITM, por exemplo, tem-se revelado absolutamente frutífera a parceria com o GOVCOOP, unidade de investigação da Universidade de Aveiro. Graças a ela foi possível assegurar a dedicação exclusiva ao projeto por parte de duas Bolseiras de Investigação.

É, pois, indispensável assegurar e consolidar uma network de parceiros potenciais alinhados com o nosso planeamento estratégico, com quem possamos contar aquando da submissão de candidaturas a projetos financiados, mas também que estejam disponíveis para apoiar e participar em campanhas de sensibilização e de advocacy dirigidas a públicos-alvo diferenciados.

Mais importante porventura é o enriquecimento institucional que tais ligações nos proporcionam. O contacto sistemático com ONG e movimentos da sociedade civil de outros campos de intervenção e de outras geografias permite-nos a apropriação de um referencial conceptual mais vasto, e assim mesmo a apropriação dos fenómenos da corrupção e da má governança em domínios progressivamente mais diversos, o que converge para o aumento da nossa capacidade de influenciar significativa e consistentemente decisões políticas e modos de vida.

Neste contexto têm relevância especial os protocolos de colaboração assinados com o [Centro de Integridade Pública de Moçambique](#) e o [Centro de Integridade Pública de São Tomé e Príncipe](#), a adesão à [Tax Justice Network](#) e o convite para assumirmos o papel de Ponto de Contacto em Portugal do [Pilar da Sociedade Civil da Community of Democracies](#).

Acreditações

Em Setembro de 2016 obtivemos o Estatuto de ONGD -Organização Não Governamental de Cooperação para o Desenvolvimento, o que nos confere o reconhecimento público enquanto associação focada na *conceção, execução e apoio a programas e projetos de cooperação para o desenvolvimento, de assistência humanitária, de ajuda de emergência e de proteção e promoção dos direitos humanos*.

Também em 2016, formalizámos o pedido de Declaração de Utilidade Pública junto dos serviços da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, que entre outras nos permitirá aceder a contribuições provenientes do IRS e beneficiar da Lei

do Mecenato. Este processo de acreditação é, infelizmente, muito moroso, mas confiamos conseguir obter o Estatuto de Utilidade Pública antes do final do mês de Maio do corrente ano.

Participação em eventos e encontros internacionais

Fora a participação em reuniões inscritas no desenvolvimento de projetos em curso, durante o ano 2016 a TIAC teve representação nos seguintes eventos e encontros internacionais:

David Marques: **EU advocacy workshop on whistleblowing**, Bruxelas, 10 de Outubro 2016

João Paulo Batalha: **Tax Justice Europe, Luxemburgo, 12-14 Dezembro**

Karina Carvalho: **Global ALACs Meeting**, Berlim, 12-15 Dezembro 2016

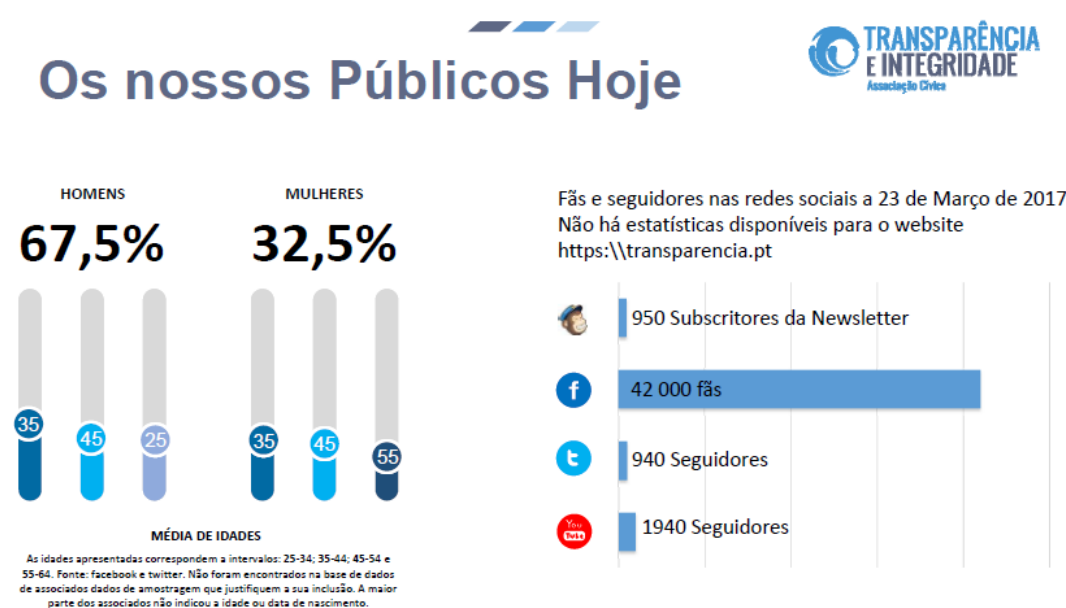
Informação, sensibilização e mobilização

À semelhança de 2015, também em 2016 a TIAC foi presença assídua no debate público, contando com dezenas de intervenções na comunicação social e participando em inúmeros fóruns e sessões de debate e informação sobre matérias relacionadas com a corrupção e a boa governança.

As campanhas em torno do lançamento do [Barómetro Global da Corrupção](#) e do [Índice de Perceções de Corrupção](#) foram a este nível determinantes, mas fundamentalmente o que se vem notando é o aumento da perceção de que a corrupção, a má despesa pública, o lobby, as portas giratórias, o conflito de interesses, o conluio, são fatores indissociáveis da crise económica, da precaridade das condições de vida, da pobreza e do subdesenvolvimento.

Tal exposição pública tem-nos permitido espalhar a palavra, isto é, informar e sensibilizar para as temáticas que estruturam a nossa intervenção, mas também tem em muito contribuído para a mobilização de um número crescente de pessoas para a nossa causa.

É com natural satisfação que vemos aumentar o número de sócios todos os meses, assim como o universo de seguidores das nossas publicações nas redes sociais.



Em 2016 procurámos reforçar o envolvimento dos associados, nomeadamente através do lançamento de duas Newsletters de periodicidade semanal e mensal, mas estamos conscientes de que ainda muito por fazer nesta dimensão. Os recursos comunicacionais de que dispomos necessitam de atualização e reformulação, mas estamos confiantes de que o conseguiremos alcançar a breve trecho.

Relatório financeiro

RELATÓRIO E CONTAS 2016

2016 foi, como se esperava, um ano muito exigente do ponto de vista financeiro, mas conseguimos que as contas da associação registassem um resultado positivo. Ainda que residual, este número deve ser analisado a partir da situação deficitária em que nos encontrávamos a 1 de Janeiro, quando o saldo bancário disponível permitia pouco mais que assegurar a renda do escritório até final do ano, e havia necessidade de cobrir o valor em dívida transitado de 2015, correspondendo em larga medida a encargos laborais (nomeadamente pagamentos ao Estado) não liquidados por insuficiência de recursos.

A aprovação de dois novos projetos (EBOT e IP) assegurava a continuidade das atividades, todavia, a dependência quase exclusiva de recebimentos provenientes de subvenções públicas inviabilizava a libertação de fundos para fazer face às dívidas incorridas, tendo em conta que o orçamento desses projetos apenas autoriza a utilização de 7% do valor de cada transferência a título de custos indiretos, isto é, não reportados nas atividades dos projetos.

Foi por isso solicitado o apoio financeiro do Secretariado da Transparency International, que nos foi concedido ao longo do ano e possibilitou a regularização dos valores em dívida. Não obstante, continuou a ser indispensável uma gestão criteriosa dos gastos mensais não incluídos no âmbito da implementação de projetos financiados, o que resultou no funcionamento da associação em serviços mínimos.

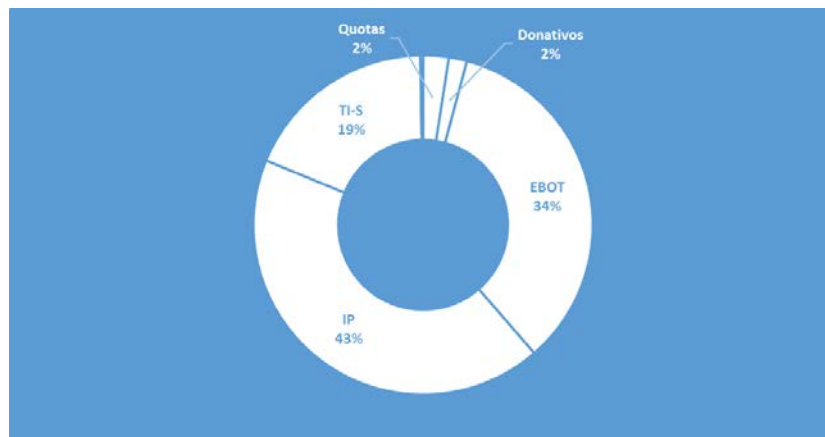
Ao contrário do que sucede numa organização com fins lucrativos, que pode gerir livremente os seus recebimentos, aplicando-os em poupança ou investimento, a lógica de gestão de projetos demanda a sua execução integral, ou seja, a sua aplicação em atividades pré-determinadas inscritas no orçamento de cada projeto, numa perspetiva de cabimentação.

Há também o constrangimento suplementar decorrente do facto dos montantes inscritos para retribuição do staff não só não contemplarem o valor global da retribuição/ hora para cada função, como também os descontos legais obrigatórios, o que significa que, para garantir o pagamento de todos os encargos laborais associados a um colaborador é necessário aloca-los a mais do que um projeto em simultâneo, e estimar que a verba disponível consegue efetivamente cobrir esses encargos.

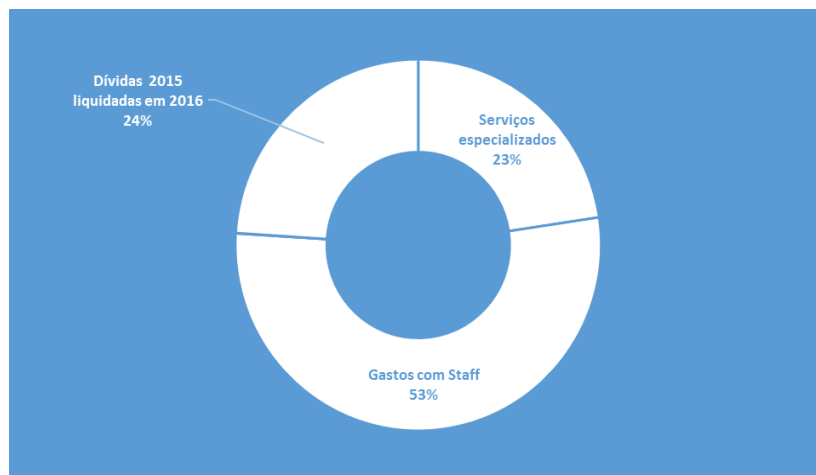
Nesta medida, vimos trabalhando afincadamente o Plano de Fundraising de modo a existir uma maior diversificação das nossas fontes de financiamento, e por efeito um peso menor dos valores provenientes de subvenções públicas.

A propósito deve assinalar-se que o valor relativo ao pagamento de quotas é ainda bastante baixo, quedando-se em apenas cerca de 20% do valor total arrecadável por esta via.

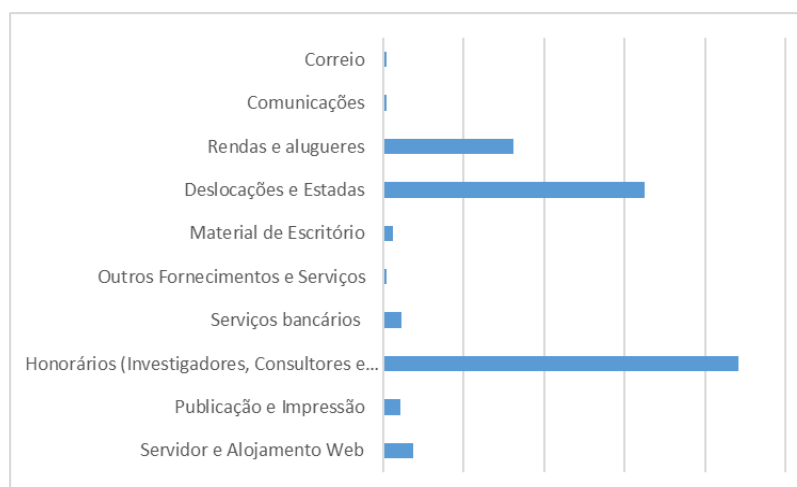
Recebimentos



Despesas



Despesas com serviços especializados



TI-TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE CIVICA

Moeda: EUR

Contribuinte: 509569242

Demonstração de resultados por naturezas em 31-12-2016

(ESNL)

Rendimentos e Gastos	Notas	2016	2015
Vendas e serviços prestados		2.866,00	2.990,00
Subsídios, doações e legados à exploração		66.928,10	61.427,80
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-20.680,67	-11.104,97
Gastos com o pessoal		-48.825,28	-53.459,44
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		0,00	0,00
Outros gastos e perdas		-25,42	-27,57
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		262,73	-174,18
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		262,73	-174,18
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		262,73	-174,18
Impostos sobre o rendimento do período		-55,17	0,00
Resultado líquido do período		207,56	-174,18

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Direção

TI-TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE CIVICA

Contribuinte: 509569242

Moeda: EUR

BALANÇO em 31-12-2016
(ESNL)

Rubricas	Notas	2016	2015
ACTIVO			
Activo não corrente			
Subtotal		0,00	0,00
Activo corrente			
Diferimentos		10.114,27	39.094,63
Caixa e depósitos bancários		160.088,07	2.662,70
Subtotal		170.202,34	41.757,33
Total do activo		170.202,34	41.757,33
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		5.775,38	5.949,56
Subtotal		5.775,38	5.949,56
Resultado liquido do exercicio		207,56	-174,18
Total do capital próprio		5.982,94	5.775,38
Passivo			
Passivo não corrente			
Subtotal		0,00	0,00
Passivo corrente			
Estado e outros entes publicos		2.117,18	11.869,18
Outros passivos correntes		162.102,22	24.112,77
Subtotal		164.219,40	35.981,95
Total do Passivo		164.219,40	35.981,95
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		170.202,34	41.757,33

A Direção

Balancete Razão (Acumulado até Dezembro) - 2016

Valores em EUR

Lançamento: <TODOS>

Data Contab. : 31-12-2016

Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
11	Caixa	7.438,44	7.438,44	0,00	0,00
12	Depósitos à ordem	251.422,50	91.334,43	160.088,07	0,00
	Soma Líquida	258.860,94	98.772,87	160.088,07	0,00
23	Pessoal	35.783,61	35.783,61	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	31.531,94	33.593,95	0,00	2.062,01
26	Fundadores/Patroc./Doadores/Associado/Membros	4.623,74	4.623,74	0,00	0,00
27	Outras contas a receber e a pagar	99.737,47	261.839,69	0,00	162.102,22
28	Diferimentos	56.457,22	46.342,95	10.114,27	0,00
	Soma Líquida	228.133,98	382.183,94	10.114,27	164.164,23
51	Fundos	174,18	5.949,56	0,00	5.775,38
	Soma Líquida	174,18	5.949,56	0,00	5.775,38
62	Fornecimentos e serviços externos	20.680,67	0,00	20.680,67	0,00
63	Gastos com o pessoal	48.825,28	0,00	48.825,28	0,00
68	Outros gastos e perdas	25,42	0,00	25,42	0,00
	Soma Líquida	69.531,37	0,00	69.531,37	0,00
72	Prestações de serviços	0,00	2.866,00	0,00	2.866,00
75	Subsídios, doações e legados à exploração	0,00	66.928,10	0,00	66.928,10
	Soma Líquida	0,00	69.794,10	0,00	69.794,10
81	Resultado líquido do período	174,18	174,18	0,00	0,00
	Soma Líquida	174,18	174,18	0,00	0,00
	Soma Líquida	556.874,65	556.874,65	239.733,71	239.733,71

Balancete Geral (Acumulado até Dezembro) - 2016

Valores em EUR

Lançamento: <TODOS>

Data Contab. : 31-12-2016

Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
11	Caixa	7.438,44	7.438,44	0,00	0,00
112	Caixa Fundo Manéio	7.438,44	7.438,44	0,00	0,00
12	Depósitos à ordem	251.422,50	91.334,43	160.088,07	0,00
1201	Banco Santander Totta	251.422,50	91.334,43	160.088,07	0,00
	Soma Líquida	258.860,94	98.772,87	160.088,07	0,00
			Soma Saldos	160.088,07	0,00
23	Pessoal	35.783,61	35.783,61	0,00	0,00
231	Remunerações a pagar	35.783,61	35.783,61	0,00	0,00
2312	Ao pessoal	8.335,66	8.335,66	0,00	0,00
2313	Ao pessoal- IP	13.333,35	13.333,35	0,00	0,00
2314	Ao pessoal-EBOT/ IP	8.006,30	8.006,30	0,00	0,00
2315	Ao pessoal-EBOT	6.108,30	6.108,30	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	31.531,94	33.593,95	0,00	2.062,01
242	Retenção de impostos sobre rendimentos	8.660,59	9.458,59	0,00	798,00
2421	Rir-trabalho dependente	8.124,00	8.922,00	0,00	798,00
24211	Irs Dependente	7.862,00	8.641,00	0,00	779,00
24212	Irs-Sobretaxa	262,00	281,00	0,00	19,00
2422	Rir-rendimentos profissionais	536,59	536,59	0,00	0,00
24221	Rir-rp-suj.pas.do continente	536,59	536,59	0,00	0,00
245	Contribuições para a Segurança Social	22.871,35	24.135,36	0,00	1.264,01
2451	Segurança social	10.349,41	10.349,41	0,00	0,00
2452	Segurança Social (2016)	12.262,78	13.455,64	0,00	1.192,86
2454	Fundos de Compensação	259,16	330,31	0,00	71,15
26	Fundadores/Patroc./Doadores/Associado/Mem	4.623,74	4.623,74	0,00	0,00
264	Quotas	4.623,74	4.623,74	0,00	0,00
26402	Valores Recebidos	4.623,74	4.623,74	0,00	0,00
27	Outras contas a receber e a pagar	99.737,47	261.839,69	0,00	162.102,22
278	Outros devedores e credores	99.737,47	261.839,69	0,00	162.102,22
2782	Credores diversos	99.737,47	261.839,69	0,00	162.102,22
27821	Credores diversos - mercado nacional	18.227,86	18.227,86	0,00	0,00
27821016	João Paulo Batalha	10.500,00	10.500,00	0,00	0,00
27821023	Samuel Carvalho Branco	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00
27821025	Vitor Manuel Gameiro Jorge	3.496,46	3.496,46	0,00	0,00
27821028	Catia Filipa Valverde	1.517,00	1.517,00	0,00	0,00
27821029	Maria Elena Burgoa	1.214,40	1.214,40	0,00	0,00
27822	Subsídios Recebidos ou a Receber	81.509,61	243.611,83	0,00	162.102,22
2782201	Transparency Internacional	16.411,51	31.653,05	0,00	15.241,54
2782202	Transparency Internacional (2016)	30.352,10	33.385,10	0,00	3.033,00
2782203	Liaison Oficce (2016)	34.746,00	36.574,74	0,00	1.828,74
2782204	Comissão Europeia	0,00	138.197,15	0,00	138.197,15
2782205	Eurodad	0,00	3.801,79	0,00	3.801,79
28	Diferimentos	56.457,22	46.342,95	10.114,27	0,00
281	Gastos a reconhecer	32.053,67	21.939,40	10.114,27	0,00
2811	Gastos a reconhecer Pessoal Informática	5.482,07	5.482,07	0,00	0,00
2812	Gastos a reconhecer Pessoal Speak Up	26.571,60	16.457,33	10.114,27	0,00
282	Rendimentos a reconhecer	24.403,55	24.403,55	0,00	0,00
2825	Rendimentos a reconhecer-Donativos e Quotas	24.403,55	24.403,55	0,00	0,00
28252	Donativos a reconhecer	15.813,55	15.813,55	0,00	0,00
28253	Quotas a reconhecer	8.590,00	8.590,00	0,00	0,00
	Soma Líquida	228.133,98	382.183,94	10.114,27	164.164,23
			Soma Saldos	10.114,27	164.164,23
51	Fundos	174,18	5.949,56	0,00	5.775,38
511	Fundos	174,18	5.949,56	0,00	5.775,38
	Soma Líquida	174,18	5.949,56	0,00	5.775,38
			Soma Saldos	0,00	5.775,38
62	Fornecimentos e serviços externos	20.680,67	0,00	20.680,67	0,00
622	Serviços especializados	10.538,35	0,00	10.538,35	0,00
6221	Trabalhos especializados	748,25	0,00	748,25	0,00
62211	Servidor e Alojamento Web	748,25	0,00	748,25	0,00
6222	Publicação e Impressão	419,76	0,00	419,76	0,00
6224	Honorários	8.830,67	0,00	8.830,67	0,00

Balancete Geral (Acumulado até Dezembro) - 2016

Valores em EUR

Lançamento: <TODOS>

Data Contab. : 31-12-2016

Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
62241	Honorários Projetos	8.296,67	0,00	8.296,67	0,00
62242	Honorários WebMaster	534,00	0,00	534,00	0,00
6227	Serviços bancários	456,50	0,00	456,50	0,00
62271	Serviços bancários	317,12	0,00	317,12	0,00
62272	Comissões Multibanco	139,38	0,00	139,38	0,00
6228	Outros	83,17	0,00	83,17	0,00
62281	Outros Fornecimentos e Serviços	83,17	0,00	83,17	0,00
623	Materiais	229,40	0,00	229,40	0,00
6233	Material de Escritório	229,40	0,00	229,40	0,00
625	Deslocações, estadas e transportes	6.506,69	0,00	6.506,69	0,00
6251	Deslocações e estadas	6.506,69	0,00	6.506,69	0,00
62511	Deslocações e Estadas	6.506,69	0,00	6.506,69	0,00
626	Serviços diversos	3.406,23	0,00	3.406,23	0,00
6261	Rendas e alugueres	3.245,00	0,00	3.245,00	0,00
62611	Rendas de Sede	3.245,00	0,00	3.245,00	0,00
6262	Comunicação	161,23	0,00	161,23	0,00
62621	Comunicação-despesas postais	85,23	0,00	85,23	0,00
62622	Comunicações Moveis	65,00	0,00	65,00	0,00
62623	Internet	11,00	0,00	11,00	0,00
63	Gastos com o pessoal	48.825,28	0,00	48.825,28	0,00
632	Remunerações do pessoal	38.721,32	0,00	38.721,32	0,00
6321	Remunerações IP - venc.	20.932,98	0,00	20.932,98	0,00
63211	Remunerações IP - Vencimento	18.161,64	0,00	18.161,64	0,00
63212	Remunerações IP - S. de Férias	1.251,14	0,00	1.251,14	0,00
63213	Remunerações IP - S. Natal	1.520,20	0,00	1.520,20	0,00
6322	Remunerações EBOT/IP	10.004,83	0,00	10.004,83	0,00
63221	Remunerações EBOT/IP-Vencimento	8.121,03	0,00	8.121,03	0,00
63222	Remunerações EBOT/IP-S.Férias	734,98	0,00	734,98	0,00
63223	Remunerações EBOT/IP-S.Natal	681,09	0,00	681,09	0,00
63224	Remunerações EBOT/IP-Outros	467,73	0,00	467,73	0,00
6323	Remunerações EBOT	7.783,51	0,00	7.783,51	0,00
63231	Remunerações EBOT-Vencimento	6.753,05	0,00	6.753,05	0,00
63232	Remunerações EBOT-S.Férias	465,21	0,00	465,21	0,00
63233	Remunerações EBOT-S.Natal	565,25	0,00	565,25	0,00
635	Encargos sobre remunerações	9.526,58	0,00	9.526,58	0,00
6352	Enc. s/rem.-pessoal	9.526,58	0,00	9.526,58	0,00
63521	Segurança Social	1.848,56	0,00	1.848,56	0,00
635213	Encargos EBOT	1.848,56	0,00	1.848,56	0,00
63522	Fundos de Compensação	7.678,02	0,00	7.678,02	0,00
635221	Encargos IP	5.153,19	0,00	5.153,19	0,00
635222	Encargos EBOT/IP	2.457,33	0,00	2.457,33	0,00
635223	Encargos EBOT	67,50	0,00	67,50	0,00
636	Seguros de acidentes no trabalho e doenças pro	577,38	0,00	577,38	0,00
6362	Seg.Ac.Trabalho	577,38	0,00	577,38	0,00
68	Outros gastos e perdas	25,42	0,00	25,42	0,00
681	Impostos	25,42	0,00	25,42	0,00
6812	Impostos indirectos	5,60	0,00	5,60	0,00
68123	Imposto do selo	5,60	0,00	5,60	0,00
681231	Imp selo- outros	5,60	0,00	5,60	0,00
6813	Taxas	19,82	0,00	19,82	0,00
Soma Líquida		69.531,37	0,00	69.531,37	0,00
			Soma Saldos	69.531,37	0,00
72	Prestações de serviços	0,00	2.866,00	0,00	2.866,00
721	Quotizações	0,00	2.596,00	0,00	2.596,00
723	Realização de Eventos	0,00	270,00	0,00	270,00
75	Subsídios, doações e legados à exploração	0,00	66.928,10	0,00	66.928,10
752	Subsídios de outras entidades	0,00	65.098,10	0,00	65.098,10
75201	Transparency International	0,00	65.098,10	0,00	65.098,10
753	Doações e heranças	0,00	1.830,00	0,00	1.830,00
7531	Donativos	0,00	1.830,00	0,00	1.830,00
Soma Líquida		0,00	69.794,10	0,00	69.794,10
			Soma Saldos	0,00	69.794,10

Balancete Geral (Acumulado até Dezembro) - 2016

Valores em EUR

Lançamento: <TODOS>

Data Contab. : 31-12-2016

Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
81	Resultado líquido do período	174,18	174,18	0,00	0,00
818	Resultado líquido	174,18	174,18	0,00	0,00
	Soma Líquida	174,18	174,18	0,00	0,00
	Soma Líquida	556.874,65	556.874,65	239.733,71	239.733,71
			Soma Saldos	239.733,71	239.733,71